

INSATISFAÇÃO DIFUSA

Roberto Rodrigues*

A greve dos caminhoneiros escancarou uma realidade que estava subavaliada: cansada da baixa qualidade do ensino e da saúde, das promessas não realizadas, da insegurança, das denúncias de corrupção, dos desacertos de representantes dos 3 poderes, grande parte da sociedade apoiou o movimento paredista, sem pensar no que poderia acontecer - e aconteceu - em termos de desabastecimento de alimentos, de combustíveis, de remédios e materiais hospitalares, e no consequente rebote inflacionário disso. Foi uma reação contra este estado de coisas sem solução visível, mas também reconhecendo certa legitimidade na reivindicação dos caminhoneiros quanto ao preço do diesel que lhes tirava chance de lucro na atividade de transporte. Muitos produtores rurais, embalados por esse mesmo argumento - o preço do diesel, importante fator no custo de produção - ficaram ao lado dos grevistas, sem imaginar que a resposta do governo poderia elevar o custo do frete a níveis incompatíveis com algumas atividades.

Mas o que interessa nessa constatação é que o povo está injuriado. Embora houvesse uma aparente apatia geral, também havia reiteradas manifestações de setores que não se sentiam representados pela classe política, e uma insatisfação no ar, difusa, mas pesada. E as consequências podem ser penosas. Segmentos sociais mal informados ou de má-fé aproveitam esta situação para dar cores de verdade a situações falsas. Exemplo? Não faltam. No mês passado a Câmara dos Deputados discutia em uma Comissão Especializada a mudança da legislação sobre registro de novas moléculas de defensivos agrícolas, agora rebatizados de pesticidas. O único objetivo desta discussão era desburocratizar o processo de registro que chega a demorar 10 anos, enquanto nos países desenvolvidos não alcança 2 anos. Ninguém quer aumentar o uso desses defensivos agrícolas, que existem para combater pragas e moléstias que atacam as plantações. São remédios para plantas. E as empresas que desenvolvem tais moléculas buscam sistematicamente a redução de eventuais efeitos colaterais para o meio ambiente, elas sabem que o mundo não aceita produtos que não sejam sustentáveis. Em outras palavras, a busca é exatamente para modernizar os processos produtivos, reduzir até o consumo de água nas aplicações. Mas surgem versões de que os brasileiros vão comer mais veneno, de que somos o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Não informam que aqui produzimos 2 safras por ano (e até 3 em algumas regiões) enquanto os países do hemisfério norte conseguem fazer uma só, e muitas vezes a custos maiores do que os daqui. Até o Japão consome mais pesticidas por hectare que o Brasil. E avançar, progredir, virou pecado.

Já a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou lei, sancionada pelo governador, proibindo a caça de javalis, um animal exótico que se reproduz enormemente, tão daninho à agropecuária, que o IBAMA, muito duro nessas coisas, autoriza a caça. Quem se beneficia dessa bobagem? E agora a mesma Assembleia quer proibir a exportação de gado em pé, tirando do nosso produtor um mercado importante: parece que pretendem acabar com a lei da oferta e da procura, como fez o Congresso ao aprovar a toque de caixa uma tabela de preços para o transporte rodoviário, que vai atender aos caminhoneiros mas vai elevar os custos de produção e aumentar a inflação.

Se já existe um ambiente de insatisfação e perplexidade no ar, estas escaramuças desnecessárias seguramente aumentam o mal-estar. Com certeza as eleições estão por trás disso.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**